



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

Volume IV, número 2, jul-dez, 2023, pág. 208-223

A temática indígena e a literatura infantil: concepções dessa prática pedagógica

Indigenous themes and children's literature: conceptions of this pedagogic practice

Monica Mendonça de Moraes

Maria Karina Mendonça de Moraes

Jordeanes do N. Araújo

RESUMO

Este trabalho aborda a temática indígena e a literatura infantil. Elaborado partindo de um trabalho de conclusão de curso. A investigação objetivou mapear as obras literárias no acervo de uma biblioteca situada no município de Humaitá-Amazonas sobre a temática indígena e o uso destas como ferramenta pedagógicas no cumprimento da lei 11.645/2008. A questão norteadora partiu da seguinte questão: Como a Literatura Infantil Indígena é trabalhada na prática pedagógica contemplando a Lei n.º11. 645/2008? Para elucidar nossos objetivos nos guiamos utilizando a construção da seguinte forma: primeiramente em uma visita informal em uma escola pública municipal onde foi abordado o tema da pesquisa, e assim se procedeu com a observação, logo se aplicou o questionário estruturado em duas partes como: 1) identificação do sujeito da pesquisa, contendo nome, idade, cidade/estado de origem, sendo preservadas as identidades dos sujeitos através de das primeiras letras do alfabeto sendo A, B, C, D, E, na segunda parte questionários relacionado ao trabalho pedagógico desenvolvido com a Literatura Infantil. Com a aplicação do questionário e posterior análise dos dados, buscou-se observar a relação dos professores para com questão indígena e como se trabalhava partindo da Lei n.º11.645/2008, pois nela fala da obrigatoriedade de trabalhar nas escolas a cultura Afro-brasileira e do povo indígena, a partir das disciplinas de História, Arte e Literatura. Pela abordagem qualitativa de pesquisa, do tipo estudo de caso. Para construção dos dados realizamos, pesquisa bibliográfica, análise documental do acervo literário, como também entrevistamos professores para avaliar os trabalhos pedagógicos desenvolvidos com a literatura a partir da lei 11.645/2008. A pesquisa em questão foi fundamentada por diversos estudos, Zilberman (2003), Coelho (2000), Bonin (2012) Funari (2011), Baniwa (2006) entre outros. A investigação revelou que há um ínfimo acervo literário que trata da cultura indígena, práticas pedagógicas tradicionais sobre a temática indígena e ausência de formação continuada para os professores em relação a lei 11.645/2008.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

Palavras-chave: Literatura infantil. Temática indígena. Práticas pedagógicas. Lei 11.645/2008.

SUMMARY

This work deals with indigenous themes and children's literature. Elaborated from a work of conclusion of course. The investigation aimed to map the literary works in the collection of a library located in the municipality of Humaitá-Amazonas on indigenous themes and their use as a pedagogical tool in compliance with law 11.645/2008. The guiding question came from the following question: How is Indigenous Children's Literature worked in pedagogical practice contemplating Law n.º11. 645/2008? To elucidate our objectives, we guided ourselves using the construction as follows: first, on an informal visit to a municipal public school where the research topic was addressed, and so the observation was carried out, then the questionnaire structured in two parts was applied as follows: 1) identification of the research subject, containing name, age, city/state of origin, preserving the identities of the subjects through the first letters of the alphabet being A, B, C, D, E, in the second part work-related questionnaires pedagogy developed with Children's Literature. With the application of the questionnaire and subsequent data analysis, we sought to observe the teachers' relationship with the indigenous issue and how they worked based on Law n. 11.645/2008, as it speaks of the obligation to work in schools with Afro-Brazilian culture and that of the indigenous people, based on the disciplines of History, Art and Literature. By the qualitative research approach, of the case study type. For the construction of the data, we carried out bibliographical research, documentary analysis of the literary collection, as well as interviewing teachers to evaluate the pedagogical work developed with literature from the law 11.645/2008. The research in question was based on several studies, Zilberman (2003), Coelho (2000), Bonin (2012) Funari (2011), Baniwa (2006) among others. The investigation revealed that there is a small literary collection that deals with indigenous culture, traditional pedagogical practices on indigenous themes and the absence of continuing education for teachers in relation to law 11.645/2008.

Keywords: Children's Literature. Indigenous theme. Pedagogical practices. Law 11.645/2008.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a temática indígena e a literatura infantil. Partindo de um trabalho de conclusão de curso. Os livros infantis fazem parte do mundo formativo da criança e constitui um artefato cultural que está presente em diferentes contextos sociais e educativos, formais ou informais, sendo a escola um espaço privilegiado para o acesso e o trabalho pedagógico.

Na atualidade, é possível perceber a importância que a literatura infantil ocupa na sociedade pelo vasto mercado editorial, crescente número de escritores e ilustradores e pela qualidade do material gráfico, das imagens ou



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

até mesmo nos sons que possibilitam uma maior interação do leitor (criança ou adulto) com os livros. Uma boa parte desse repertório de textos e imagens que seduz o imaginário tanto adulto quanto infantil está presente no dia-a-dia das escolas públicas, principalmente na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental I através do Programa Nacional Biblioteca da Escola.

Mas, quantos livros de literatura infantil existem no acervo das bibliotecas públicas que tematizam as questões étnico-raciais? Como a cultura indígena é trabalhada na escola? Considerando a Lei n.º 11.645/2008 que altera a Lei n.º 9.394/1996, modificada pela Lei n.º 10.639/2003, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.

Diante do exposto, esta investigação, propõe buscar respostas para a seguinte problematização: Como a Literatura Infantil Indígena é trabalhada na prática pedagógica contemplando a Lei n.º 11.645/2008?

A partir desta problematização, o estudo apresenta como objetivo geral: mapear as obras literárias no acervo de uma biblioteca da Escola Sonho Encantado, localizada na cidade de Humaitá-Amazonas, sobre a temática indígena e o uso destas como ferramenta pedagógicas no cumprimento da Lei n.º 11.645/2008 e como objetivos específicos elegemos: identificar a existência de livros que abordem a cultura indígena; observar a prática pedagógica dos professores e a utilização dos livros literário disponíveis; analisar as políticas públicas destinadas ao cumprimento da Lei n.º 11.645/2008.

Como citado anteriormente, a Lei contempla a temática afro-brasileira e indígenas, no entanto, em nossa investigação optamos por uma análise apenas da temática indígena.

O interesse pela literatura infantil emergiu a partir do momento que cursei uma disciplina com o mesmo nome. Aprendi nas aulas como é grande o universo dos livros infantis e como existe várias práticas de ensino para se trabalhar com os acervos literários existente na biblioteca, e como a criança ao se aventurar em um livro Infantil aflora sua imaginação. Por conseguinte, no



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

momento da elaboração do projeto minha orientadora sugeriu que investigasse a Literatura Infantil a partir da Lei n. 11.645/2008.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho, partiu de uma abordagem qualitativa. De acordo com Godoy (1995, p. 62).

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. No trabalho intensivo de campo, os dados são coletados utilizando-se equipamentos como videoteipes e gravadores ou, simplesmente, fazendo-se anotações num bloco de papel.

A construção dos dados foi realizada a partir de um estudo de caso, ou seja, o estudo de caso é um método que abrange toda uma interação entre o planejamento, as abordagens específicas à coleta, e logo a análise de dados. Os instrumentos utilizados foram: entrevista, questionários e análise documental (livros infantis)

A entrevista consiste em um diálogo entre duas pessoas uma delas obtendo informação da outra, mediante uma conversa através de perguntas e respostas. Ressalta Marconi (2002; p. 93) “alguns autores consideram a entrevista como o instrumento por excelência da investigação social, [...]”. Portanto, o entrevistador deve conhecer todo o meio social do entrevistado, conhecendo os alunos dentro e fora da escola, assim entenderá o seu meio sociocultural, o mesmo realizará com os professores (a).

Para Marconi (2002, p.32), a fala da análise dos dados “é tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior”.



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

A tarefa desta análise e estudo de caso, é um fator essencial para colher as informações, contudo é cansativa, pois ficará à disposição da escola, e cabe a disponibilidade de algumas pessoas passar tais informações. Assim sendo, o pesquisador tem que ter um foco e determinação, para enfim conseguir coletar seus dados. Nessa pesquisa foi observado e analisado se a literatura e a Lei n.º 11.645/2008 é cumprida na instituição de ensino, e se os professores utilizam os livros de Literatura Infantil, onde retrata questões histórico-culturais indígenas e étnico-racial, existentes no acervo da biblioteca, e se existem na biblioteca.

A construção de dados foi feita da seguinte forma: primeiramente em uma visita informal em uma escola pública municipal onde foi abordado o tema da pesquisa, e na mesma escola participei do estágio supervisionado das séries iniciais, e assim pude observar com mais atenção as questões norteadoras da pesquisa.

A pesquisa teve os questionários estruturados em duas partes como: 1) identificação do sujeito da pesquisa, contendo nome, idade, cidade/estado de origem, sendo preservadas as identidades dos sujeitos através de das primeiras letras do alfabeto sendo A, B, C, D, E, na segunda parte questionários relacionado ao trabalho pedagógico desenvolvido com a Literatura Infantil.

Com a aplicação do questionário e posterior análise dos dados, buscou-se observar a relação dos professores para com questão indígena e como se trabalhava partindo da Lei n.º 11.645/2008, pois nela fala da obrigatoriedade de trabalhar nas escolas a cultura Afro-brasileira e do povo indígena, a partir das disciplinas de História, Arte e Literatura.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A Literatura não tem uma data certa, sabe-se apenas que o aparecimento desta remonta muitos anos, contada com diferentes histórias da tradição oral de distintos povos pelo mundo. Porém, alguns estudos apontam



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

que o surgimento da literatura pode ser datado a partir dos poemas de Gilgamesh, cuja data de origem é de 2.000 a.c., e do livro dos mortos escrito no papiro, datada aproximadamente a 300 a.c.

A propósito com relação no que diz respeito a literatura infantil, foi observado que a mesma surgiu nos primeiros livros para crianças produzidos ao final do século XVII e durante o século XVIII. Surgindo a partir do momento que a criança não é mais considerada um adulto em miniatura, ou seja, quando ela passa a ser reconhecida como criança e não como adulto. Segundo Zilberman (2003), a infância não era percebida como um tempo diferente, crianças e adultos participavam dos mesmos eventos. Desse modo, não se escrevia para esse público infantil, e assim ao iniciar a escrita para esse público, os escritores iniciam uma jornada de Histórias sem fim, sendo na Europa, no Brasil, até o advento de Monteiro Lobato, a literatura infantil brasileira ainda era marcada pelas adaptações da literatura europeia.

As obras de Monteiro Lobato foi um marco para a história da literatura infantil nacional especialmente por incorporar nas suas narrativas aspectos da cultura popular, por meio de personagens do sítio do pica pau amarelo, como tia Nastácia e tio Barnabé. Em alguns livros, como: O Saci e histórias de tia Nastácia. Nesses livros o folclore é tema central.

A seu modo, Lobato também é um dos primeiros a escrever sobre a temática indígena para crianças através da adaptação da crônica de Hans Staden, em 1927, “[...] ao tratar da figura do índio, Monteiro Lobato legitima em seu texto a importância do reconhecimento do outro, através de sua cultura”. (MARTINS, 2016, p.125). Esse advento, trouxe além da valorização das obras infantis o reconhecimento de muitos escritores dessa área entre estes podemos destacar Ruth Rocha, Ana Maria Machado, Maria Colasanti, Eliardo França, Bartolomeu de Queiroz, entre outros.

A cultura e o folclore inaugurado por Lobato são retomadas a partir da década de 1970 com Ziraldo com a obra A Turma do Pererê (1972/1973). Outro importante foi de Antonieta Dias de Moraes que aborda em



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

alguns de seus trabalhos a mitologia indígena como no livro “A varinha do Caapora” (1975) e “Contos e lendas dos índios do Brasil” (1979).

Para Sandroni (2008, p. 228) a grande surpresa da primeira década do século XXI para o mercado editorial infantil brasileiro foi: “a literatura escrita por índios brasileiros. O mais importante deles, pela qualidade da sua obra, é sem dúvida, Daniel Munduruku, já ganhador de vários prêmios nacionais”. Outros autores como Graça Graúna, Eliane Potiguara e Kaká Werá Jecupé também tem se destacado como escritores indígenas. De acordo com o Plano Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE) onde tem por objetivo promover o acesso à cultura e ao incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da classificação de acervos de obras de literatura, dar oportunidade aos alunos e aos professores de conhecer a cultura a parti dos livros literários, e de transformar essas histórias em atividades produtivas de conhecimentos, pois neles sempre vem um objetivo específico de aprendizado e deleite.

Ao falar da questão indígena, percebe-se uma série de fatos onde ainda existe um temor e falta de informação, como adverte Baniwa (2016, p .63) “entendo que o preconceito e a discriminação possuem duas principais origens: I) desconhecimento ou ignorância; e II) conhecimento equivocado ou deturpado (falso conhecimento)”. Para o pesquisador e professor indígena, não se respeita a cultura e o povo indígena por desconhecimento, não se pode respeitar e valorizar o que não se conhece, por outro lado é mais difícil desconstruir os falsos conhecimentos, porque são carregados de ideias preconceituosas, ideologicamente construídas. Para esse último grupo de pessoas falta a percepção que a cultura indígena faz parte do nosso cotidiano.

Para Funari (2011), é necessário apresentar na escola a importância dos indígenas, mostrando que existe além da cultura, alguns nomes de lugares conhecidos que são indígenas, como: Itacoatiara, Ibirapuera, Pará, Paraná, etc. de alimentos prosaicos também: angu e pipoca; costumes prazerosos, do espreguiçar-se na rede ao banho de rio, e sensações profundas, jururu e urucubaca. Todas essas ligações só nos mostram o quanto estamos próximos e fazemos parte deste meio, mas não entendemos isto, e muitas das vezes



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

nem reconhecemos, pois também somos índios e temos tudo a ver com eles, uma vez que nossas culturas fazem parte da cultura indígena, mas nem sempre entendemos isto.

Ao longo de toda a história, a escola não deu o valor ao índio, já que somente mostrava-o como uma imagem estereotipada, passando despercebido a realidade indígena de cada etnia, assim fazendo com que não se compreenda e nem respeitam os índios. Com a Lei n. 11.645/2008 é complementar à LDB n. 9394/96, que dá nova redação ao seu Art. 26, regulamentando a inclusão da temática indígena nos currículos de Ensino Fundamental e Médio. Seu texto completo abrange que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) que define os princípios e as propostas pedagógicas e curriculares para as escolas indígenas ao mesmo tempo em que orientava os sistemas de ensino para a construção e o desenvolvimento de políticas de EEI, pautadas nas ideias de especificidade, diferenciação, interculturalidade bilinguismo e escola comunitária.

Segundo Medeiros e Almeida Silva (2014, p.06) “os documentos norteadores da prática educativa trazem em cerne os mesmos princípios o bilinguismo, a interculturalidade, esse último posto como um caminho de mão única, como se os indígenas precisassem aprender as coisas dos não índios,



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

quando o processo era para ser de mão dupla, o que só veio a ser instituído na n.º Lei 11.645/2008 que modificou o Art. 26 da LDB 2394/96. Como vimos anteriormente a Lei n.º 11.645/2008 é o resultado de lutas e reivindicações dos movimentos indígenas e indigenistas que apoiaram as causas desse grupo marginalizado socialmente. Como adverte Silva e Costa (2018, p.70) “[...] em outras palavras, leis não brotam espontaneamente e nem mesmo são frutos do acaso, sendo, muitas vezes o resultado de uma trajetória histórica realizada com grandes dificuldades [...]”. Os benefícios que a lei trouxe para a escola, de acordo com Russo e Paladino (2008, p. 167) foi “[...] a contemplação da diversidade cultural e mais precisamente da presença dos povos indígenas e da cultura afro-brasileira no currículo escolar[...]”. Dessa forma, precisamos avançar no sentido não apenas legal, mas sim em efetivas práticas pedagógicas que valorizem a cultura indígena.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada em uma Escola Pública do Município de Humaitá Amazonas, com nome Sonho Encantado, a mesma não possui salas específicas para uso de Biblioteca, os livros são distribuídos nas salas de aulas, na sala dos professores e na sala de reforço escolar. Não existe funcionário específico para organizar esse acervo, e alguns livros ficam dentro de uma caixa empoeirada.

Observamos no período que estivemos na escola, que os alunos não visitam o lugar designado para ser a biblioteca, haja vista, ser a sala dos professores. Em contraposição a esse contexto, alguns estudos (MILANESI,1983; VALIO,1990; CAMPELLO, 2010), apresentam a importância das bibliotecas no contexto escolar e o papel destas na formação do leitor e, conseqüentemente, na melhoria do processo de aprendizagem.

Nosso objetivo geral foi de mapear as obras de literatura infantil que contemplasse a temática indígena. Assim, realizamos um levantamento com todo o acervo literário disponível a partir do seguinte critério: obras que apresentassem no seu título, palavras como índio, indígena, curumim, ou nomes de etnias, ou por temáticas que supostamente se aludem aos povos



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

indígenas – tais como lendas, mitos, contos tradicionais. Dessa pesquisa conseguimos catalogar apenas 3 obras que são elas: “Abaré, Pequenas guerreiras e Pindorama terra das palmeiras”. Os professores que participaram da pesquisa, para saber se estes têm conhecimento da Lei n.º 11.645/2008, e como a temática da cultura indígena é trabalhada na sala de aula, apresentamos o perfil dos professores, sendo que 3 (três) das 5 (cinco) tem a formação de Pedagoga, e 2 (duas) Normal Superior, tendo com 16 anos, 18 anos, 25 anos, 28 anos, 10 anos de serviços, percebe-se que as professoras têm formação na área pedagógica e quatro das cinco docentes já lecionavam no período da promulgação da lei n.º 11.645/2008, ou seja, durante seus cursos de formação inicial possível não tiveram oportunidades de estudarem disciplinas relacionadas a cultura indígena. Optamos por identificá-los com as 5 (cinco) primeiras letras do alfabeto.

A primeira pergunta relacionada com a questão para as docentes foi se as mesmas conhecem a Lei n.º 11.645/2008, que trata do ensino de História e cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no Currículo Escolar? A prof.ª (A) respondeu que: *Não*. Prof.ª (B) diz: *Sim. É a lei que obriga incluir no currículo essa temática citada acima*”. Prof.ª (C) fala: *Tenho sim o algum conhecimento que intitulam a obrigatoriedade do ensino da cultura Afro Brasileira e indígena nas escolas*. Prof.ª (D) diz: *É a lei que regulamentou o ensino da cultura indígena, afro Brasileira e Africana em todas as modalidades de ensino*. Prof.ª (E) fala: *Sim*.

As respostas das professoras sobre a Lei n.º 11.645/2008, entre as cinco, uma falou que não conhecia, as quatro disseram que conheciam, contudo não se posicionaram de maneira coerente, falaram somente do que a lei se tratava, que era uma obrigatoriedade, isto é, repetindo a pergunta em si.

A reflexão sobre o que a lei traz para a educação e como trabalhar, mostrando que podemos destacá-la na Literatura Infantil para educar os não índios mostrando-lhes a cultura indígena, e assim modificando o conceito da sociedade, a partir da igualdade, fazendo-os enxergar, respeitar, sentir as



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

histórias e culturas dos povos indígenas, reconhecendo como patrimônio, compreendendo e valorizando a cultura.

Mediante a segunda questão na qual enfatiza-se o conhecimento da lei e como é trabalhada essa temática? A prof.^a (A) diz: *Não trabalho essa temática, porque não conheço.* A prof.^a (B) fala: *Trabalho de acordo com o livro, pois esse tema é abordado comumente.* A prof.^a (C) diz: *Falando como chegaram ao Brasil, onde viviam como foram trazidos para o Brasil.* A Prof.^a (D) fala: *Essa temática é trabalhada de forma mais efetiva no ensino das artes, onde se aborda as contribuições culturais, tanto africanas quanto indígenas, procurando dá ênfase aos valores e a não discriminação desses grupos.* A prof.^a (E) diz: *Eu trabalho sempre nos meses do que se trata o tema, por exemplo dia do índio que é no mês de abril, com leitura, pintura, trabalho de pesquisa e roda de conversa.*

Mediante as respostas das professoras, uma não trabalha, e as outras trabalham, mas não citam como é sua prática, Russo e Paladino (2016, p. 163) adverte sobre os desafios previstos para se trabalhar com a temática. “[...] pelos resultados da pesquisa, percebe-se que falta avançar muito para uma inclusão da temática indígena mais aprofundada nos cursos de formação inicial de professores”.

Os professores não tendo a informação adequada se veem numa posição onde não sabem o correto em encontrar as informações corretas, em que possam ser trabalhadas essa temática, e nem tiveram uma instrução de como se pesquisar e buscar, precisando assim de uma reciclagem e serem atualizados sobre os seus conceitos de cultura e dos povos indígenas brasileiros

A terceira questão vem abordando como é trabalhada o dia do índio. A prof.^a (A) fala que: *Eu trabalho falando dos costumes, e um pouco de como é a vida e depois dou uma gravura para que eles pintem.* A prof.^a (B) onde diz: *Neste dia a aula costuma ser diferente onde temos a oportunidade de detalhar o assunto.* A prof.^a (C) fala: *conversa informal, onde falo a respeito de seus costumes, como vivem o que estão mudando seus hábitos fazemos pinturas*



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

etc. A prof. ^a (D) diz: Em Língua Portuguesa a temática, se trabalha em forma de produção textuais, debates, desenhos e pinturas, leitura de textos informativos, lendas e ilustrações enfocando a temática estudada. A prof. ^a (E) fala: Com leitura, figuras, trabalho de pesquisas, pinturas e conversas sobre o assunto.

As professoras ao responder sobre como se comemora o dia do “índio”, todas praticam a mesma metodologia, de forma estereotipada e tradicional. Todos os anos, nessa mesma data, levam para os alunos uma imagem de índio para eles pintarem, ou desenharem, ou trazem algum conceito retirado de livros didáticos, ou seja, somente fala-se que dia 19 de abril é o dia do índio, no entanto nem falam o porquê desse dia, nem o que é comemorado para os indígenas esse dia.

A história indígena é muito mais do que pintar um desenho, ou seja, é apresentar os mesmos a cultura, a igualdade e como os indígenas viveram e vivem hoje, mostrando as contribuições que eles trouxeram a séculos para a contemporaneidade.

Sobre essas informações os professores não estão cientes, havendo assim um despreparo nesse conhecimento ou um descaso, uma falta de informações

A questão em si, se faz como a escola procura cumprir a lei, e como sua prática é elaborada, quer dizer, quais atividades são desenvolvidas durante todo período escolar, ou só se fala da temática no dia do índio, de maneira onde se repete sempre a mesma coisa, ou nem sabem o porquê é comemorado o dia do índio, já que muitas vezes invocam os indígenas somente no passado, sem a menor responsabilidade de promover a igualdade social.

As ideias erradas ensinaram a não índios de todos os cantos do país, que índio é coisa do passado ou que os indígenas atuais não seriam índios de verdade, isso porque desconsideram que os indígenas passam obter da tecnologia industrial e tampouco da cultura material que não faziam parte de



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

sua cultura, ou seja, considerando-os como menos índios ou aculturados (adaptar-se a outra cultura).

Tais envolvimento influenciam o contexto em si, sendo que que só se fala de indígenas no dia do índio, e neste sentido surge um ritual pedagógico, em que há anos é destacado, alunos e professores se juntam e começam os rituais folclórico, ou seja, segundo Silva (2018, p. 69) ressalta que “tais rituais condenam as histórias e as culturas indígenas a serem tratadas de forma folclórica, [...], onde em algumas escolas a presença desse folclore é muito forte com enfoque teatrais, ou desfile com pinturas.

Na questão quatro a pergunta é relacionada aos livros de Literatura Infantil Indígena mapeado na escola onde foi realizado a pesquisa, sendo a seguinte pergunta: você sabe que existe na escola as seguintes obras; Abaré, Pequenas guerreiras e Pindorama terra das palmeiras? A prof. ^a (A) falou: *Eu não tenho conhecimento dessas obras, porque sou novata nessa Escola.* A prof. ^a (B) diz que: *Sim.* A prof. ^a (C) fala: *não.* A prof. ^a (D) diz: *Essas obras têm em exemplares reduzidos.* A Prof.^a (E) fala: *Sim.*

De acordo com as respostas, pode se vê que as professores, nem ao menos teve a curiosidade de estudar a respeito dos livros literário, tanto os não indígenas quanto os indígenas, não percebem que a criança poderá aprender de forma mais rica o conteúdo em questão se utilizar a literatura, já que através das histórias, o mesmo compreenderá todo o conceito onde envolve a cultura na sociedade, uma vez que os livros sempre trazem histórias de vida.

A questão cinco aborda sobre as obras, se as professoras utilizam elas em sala de aula. A prof. ^a (A) falou: *Ainda não utilizei.* A Prof.^a (B) diz que: *“Não utilizei ainda”.* Prof.^a (C) fala: *“Não”.* Prof.^a (D) diz: *Essas obras são utilizadas em forma de roda de leitura juntamente com outras obras literárias, onde os alunos têm e após a leitura reproduzem para compartilhar com a classe.* Prof.^a (E) fala: *Eu utilizo outro material, e não as obras citadas, a coleção que uso é datas comemorativas - de Fabiana Cilene de Souza Silva- Ed. Ciranda Cultural”.*



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

O material em questão é tão enriquecedor, e as professoras não percebem que a partir dessas obras elas iriam modificar suas aulas, entretanto procuram em outras fontes, não que não seja boa, mas o intuito desta investigação é mostrar que através da Literatura Infantil incluindo as obras em questão, o aluno entenderá e compreenderá a importância de respeitar as diferenças e colocando em prática a igualdade entre os povos relacionando as culturas que hoje temos herdado dos indígenas.

O processo e as expectativas sobre as ações estabelecidas mediante o imaginário da criança são essenciais, pois a mesma, aprende de maneira eficaz, partindo desse pressuposto de trabalhar os livros literários no ensino da criança, além de permitir uma reordenação afetiva e intelectual das vivências e as necessidades infantis. Desse modo, defendemos que a Literatura Infantil possa ser uma ferramenta pedagógica para viabilizar o encontro das diferentes culturas, o que conseqüentemente pode favorecer o respeito e a valorização da diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos resultados da pesquisa, percebe-se que falta avançar muito para uma inclusão da temática indígena mais aprofundada nos cursos de formação inicial de professores, pois os entrevistados entram em contradição quando se trata da temática, não sabem responder de forma lógica a pergunta.

Perante a análise realizada foi observado como as práticas pedagógicas das professoras ainda são tradicionais, haja vista que não procuraram fontes para contextualizar a questão em si, já que vivemos na região amazônica, onde existe muitas etnias indígenas que poderiam ser estudadas a partir da história local.

Deste modo, percebe-se a falta de formação dos professores, pois os mesmos todos os anos, sabendo que receberão os livros literários, não são preparados para receber, ou seja, precisa-se de uma formação na qual possa trabalhar a prática pedagógica, de acordo com as necessidades, ainda mais se



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

tratando da temática indígena, pois ainda muitas vezes é tratada de forma estereotipa de forma sucinta com clichê.

Outra questão que merece atenção é o fato que a escola participante da pesquisa não possui uma biblioteca ativa, isto é, os livros literários ficam na sala dos professores, na sala de reforço e nas salas de aula, sendo que os alunos não têm acesso com as devidas orientações. Logo, o acervo é ínfimo, quer dizer, pouco suficiente, no entanto o pouco que tem não é utilizado.

Levando em conta que a aplicação da Lei n.º 11.645/2008, Silva e Costa (2018) defende que não apenas os alunos, mas também os professores formadores de opiniões, poderão se educar e começar a derrubar de si as ideias e sentimentos equivocados a respeito das populações indígenas, enxergando-as para muito além do exótico, do estranho, e do selvagem.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **A inclusão da temática indígena na escola: Desafios para a educação.** In: Ciências, tecnologias, artes e povos indígenas no Brasil: subsídios e debates a partir da Lei 11.645/2008 / organização Kelly Russo, Mariana Paladino. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

BRASIL. Diário oficial da União Lei n.º 11.645 de 10 de março de 2008.

BONIN, Iara. "Literatura infantil de autoria indígena: diálogos, mesclas, deslocamentos". In: **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, Jan/Abr 2012, pp. 36-52. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/bonin.pdf>, acesso em 30 de abril de 2019.

CADEMARTORI, Ligia. **O que é Literatura Infantil.** 2.ed. Coleção primeiros passos; 163. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CASTANHA, Marilda. **Pindorama: terra das Palmeiras.** 2ª ed. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2008.



UFAM

REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES - ISSN 2675-410X

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: Teoria, análise e didática.** São Paulo: Moderna, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A Temática Indígena na Escola: subsídios para os professores.** São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Giovani José da; COSTA, Anna Maria Ribeiro F M da. **Histórias e culturas indígenas na educação básica.** Belo Horizonte: Autentica, 2018.

SANDRONI, Laura. **A década de 1970 e a renovação da literatura infantil e juvenil.** In: SAO PAULO. FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. (Ed.). **Nos caminhos da literatura.** São Paulo: Peirópolis, 2008. Cap. 17. p. 218-228.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** 11ª ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Global, 2003.

Recebido: 20/4/2023. **Aceito:** 30/6/2023. **Publicado:** 07/08/2023.

Autores:

Monica Mendonça de Moraes

Mestranda do programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades-PPGECH/IEAA/UFAM. E-mail: monicam.mendonca@outlook.com

Maria Karina Mendonça de Moraes

Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: karina_jcmk@hotmail.com

Jordeanes do N. Araújo

Professor atuando na graduação e pós-graduação, Universidade Federal do Amazonas/Campus Humaitá-AM. E-mail: jordeanes@ufam.edu.br